

CONCURSO PÚBLICO

025. PROVA OBJETIVA

ASSISTENTE JURÍDICO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES

Nome do candidato _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

Inscrição _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

01. Leia a charge.



(Duke, <http://dukechargista.com.br/category/cartuns-duke/page/2>)

Considerando o contexto global da charge, é correto concluir que o chargista faz uma crítica

- (A) à sinalização inadequada das rodovias que ligam os estados brasileiros.
- (B) à imprudência dos motoristas que falam ao celular enquanto dirigem.
- (C) à má conservação de aspectos da infraestrutura das rodovias no Brasil.
- (D) aos motoristas que dirigem em alta velocidade mesmo em vias perigosas.
- (E) ao despreparo dos motoristas que não sabem interpretar os sinais de trânsito.

Leia o texto para responder às questões de números 02 a 06.

'Você deságua em mim, e eu, oceano'

Sempre ouço música com o encarte do disco nas mãos. Quero saber de quem é o arranjo, quem toca e quem compôs. As letras merecem atenção especial. Nada de preocupação com "erros" de português. Quero captar a mensagem, alcançar a beleza da tessitura do texto.

E o "grande público"? Será que dá importância às letras? Será que presta atenção ao enredo, à tessitura, à construção das orações e dos períodos, ao sentido das letras? Sei não... O pior é que nem mesmo grandes cantores escapam da demonstração de desprezo pelo texto.

Quer exemplos, caro leitor? Vamos lá. Em sua genial "Oriente", de 1972, Gilberto Gil escreveu: "Se oriente, rapaz, (...) pela constatação de que a aranha vive do que tece". No ano seguinte, uma das nossas maiores cantoras gravou a canção, desta forma: "Se oriente, rapaz, (...) pela constatação de que a aranha duvido que tece". Isso faz sentido?

Djavam compôs algumas maravilhas, entre as quais "Oceano", em cuja letra se encontra esta passagem: "Amar é um deserto e seus temores". Dia desses, um amigo me mostrou alguma coisa da internet em que as pessoas dizem como cantam certas canções, como entendem as letras. Na compreensão de muitas dessas pessoas, esse trecho de "Oceano" virou isto: "Amarelo é o deserto e seus temores".

Ainda nessa letra, há uma passagem que diz isto: "Você deságua em mim, e eu, oceano, esqueço que amar é quase uma dor". Nem vou dizer como muita gente entende esses versos. A questão é simples: assim como o rio deságua no mar, você (ser amado) deságua em mim, portanto eu sou oceano, ou seja, o receptor da água desse rio que você é. E isso tudo me faz esquecer que amar é quase uma dor.

(Pasquale Cipro Neto, www.folha.uol.com.br, 21.05.2015. Adaptado)

02. Com os exemplos apresentados nos três últimos parágrafos, o autor defende o ponto de vista de que

- (A) uma letra com erros gramaticais está sujeita a ser incompreendida, tanto pelo público quanto pelo intérprete.
- (B) a obscuridade de certas letras de músicas faz com que surjam versões alterando seu sentido original.
- (C) as pessoas, de modo geral, parecem não se esforçar para compreender o sentido veiculado pelas canções.
- (D) o grande público, por desconhecimento da gramática, tende a alterar letras de música rebuscadas.
- (E) o grande compositor deve cuidar da construção das frases para evitar interpretações ambíguas.

03. O termo **preocupação**, no contexto do primeiro parágrafo, é empregado com o sentido de

- (A) descuramento.
- (B) anuência.
- (C) resignação.
- (D) condescendência.
- (E) atenção.

04. O termo **portanto**, destacado em – A questão é simples: assim como o rio deságua no mar, você (ser amado) deságua em mim, **portanto** eu sou oceano, ou seja, o receptor da água desse rio que você é. (último parágrafo) – tem valor de

- (A) explicação.
- (B) finalidade.
- (C) causa.
- (D) conformidade.
- (E) conclusão.

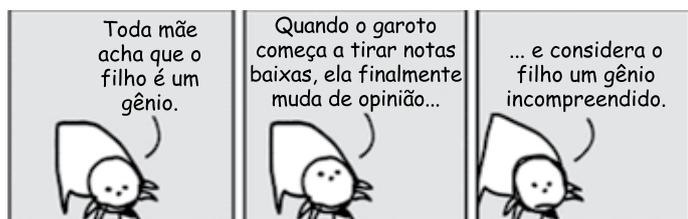
05. A concordância está de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa em:

- (A) O encarte do disco contém informações acerca de arranjadores, intérpretes e compositores, as quais despertam o interesse do autor.
- (B) Alguns cantores não se atêm ao enredo original da canção que interpretam, pois importam-lhes mais a melodia.
- (C) O autor questiona se a maior parte do público sabe apreciar devidamente as canções com que estão habituadas.
- (D) Na internet, tornaram-se popular os *sites* que apresentam interpretações equivocadas para canções famosas.
- (E) A interpretação da letra de Djavan recebeu um sem-número de comentários, dos quais se destacou alguns muito elogiosos.

06. O acento indicativo de crase está empregado corretamente, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, na seguinte frase relacionada ao texto:

- (A) O autor acredita que às letras das canções devem receber atenção especial do público ouvinte.
- (B) Gravada em 1972, “Oriente” chegou à ser considerada um clássico da música popular brasileira.
- (C) Em 1973, uma cantora conferiu à canção “Oriente”, de Gilberto Gil, uma nova interpretação.
- (D) Algumas interpretações podem acarretar à alteração do significado aos textos das canções.
- (E) Ao final do texto, o autor esboça uma análise para à canção de Djavan, simplificando seu sentido.

07. Leia a tira.



(André Dahmer. www.folha.uol.com.br/ilustrada/cartum/cartunsdiarios/#8/4/2015)

A afirmação da personagem no primeiro quadrinho, a respeito de toda mãe achar que o filho seja um gênio, é

- (A) justificada no segundo quadrinho.
- (B) generalizada no segundo quadrinho.
- (C) refutada no terceiro quadrinho.
- (D) ratificada no terceiro quadrinho.
- (E) contestada no terceiro quadrinho.

Leia o texto para responder às questões de números 08 a 10.

O Rio

O homem viu o rio e se entusiasmou pela sua beleza. O rio corria pela planície, contornando árvores e molhando grandes pedras. Refletia o sol e era margeado por grama verde e macia.

O homem pegou o rio e o levou para casa, esperando que, lá, ele lhe desse a mesma beleza. Mas o que aconteceu foi sua casa ser inundada e suas coisas levadas pela água.

O homem devolveu o rio à planície. Agora quando lhe falam das belezas que antes admirava, ele diz que não se lembra. Não se lembra das planícies, das grandes pedras, dos reflexos do sol e da grama verde e macia. Lembra-se apenas da sua casa alagada e de suas coisas perdidas pela corrente.

(Oswaldo França Júnior. *As laranjas iguais*, 1985)

08. Com relação ao rio, a **casa**, em contraste com **planície**, está corretamente interpretada como símbolo de

- (A) aconchego à natureza.
- (B) lugar próprio para descanso.
- (C) inovação tecnológica.
- (D) cerceamento da liberdade.
- (E) inexistência da individualidade.

09. Há ocorrência da voz passiva na seguinte construção:

- (A) “O rio corria pela planície...” (1º parágrafo)
- (B) “... era margeado por grama verde e macia.” (1º parágrafo)
- (C) “O homem devolveu o rio à planície...” (3º parágrafo)
- (D) “... quando lhe falam das belezas...” (3º parágrafo)
- (E) “Não se lembra das planícies...” (3º parágrafo)

10. No que se refere à pontuação, a frase redigida corretamente, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, é:

- (A) O homem, ao ver o rio correr pela planície, contornando árvores e molhando grandes pedras, entusiasmou-se pela sua beleza.
- (B) Ao pegar o rio e levá-lo para casa; o homem espera que ele lhe desse lá, a mesma beleza.
- (C) Mas não foi isso que ocorreu: o rio inundou, sua casa, e a água, levou suas coisas.
- (D) Quando lhe falam agora, das belezas que antes admirava, ele diz que não se lembra, nem das planícies, nem dos reflexos do sol.
- (E) Não se lembra das grandes pedras, da grama verde e macia no entanto, sua casa alagada e suas coisas perdidas pela corrente, permanecem em sua memória.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão restrição, observado o disposto na Constituição Federal, que
- (A) permite a edição de leis que contenham dispositivo que possam embaraçar informações jornalísticas.
 - (B) faculta a censura de natureza política, ideológica ou artística.
 - (C) proíbe a exigência de licença de autoridade para publicação de veículo impresso de comunicação.
 - (D) permite a propaganda de bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias sem que haja restrições legais.
 - (E) permite que os meios de comunicação social sejam objeto de monopólio ou oligopólio.
12. Para possibilitar a ampla proteção ao meio ambiente, a Constituição Federal previu diversas regras que, dentre outras, pode-se afirmar como correto que
- (A) a propositura da ação popular é uma das garantias que visa a anulação de ato lesivo ao meio ambiente.
 - (B) aquele que explorar recursos minerais, deverá comunicar ao município para que este promova a recuperação.
 - (C) as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente não sujeitam as pessoas jurídicas a sanções penais.
 - (D) são facultadas as ações que prejudiquem a fauna e a flora, conforme leis específicas a serem regulamentadas.
 - (E) as usinas que operam com reatores nucleares poderão ser instaladas em qualquer parte do território nacional, independentemente de autorização legal.
13. Nos termos do que prescreve a Constituição Federal em relação à assistência social, é correto afirmar que
- (A) é organizada com base na centralização político-administrativa da esfera estadual.
 - (B) será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.
 - (C) garantirá dois salários-mínimos mensais aos chefes de família que se encontrem desempregados.
 - (D) é vedada a aplicação de recursos dos Estados e do Distrito Federal em programas de apoio e inclusão social do Município.
 - (E) é facultativa a aplicação de recursos de até dez décimos por cento da receita tributária anual dos Estados e Municípios, para despesas com pessoal e encargos de ações sociais.
14. A criação, a fusão, a incorporação e o desmembramento de Município, de acordo com a Constituição Federal, serão feitos por
- (A) lei federal, depois de ouvida a população do Município.
 - (B) lei federal, depois de realizado referendo para consulta à população interessada.
 - (C) lei municipal, dentro do período determinado em lei estadual, sem necessidade de consulta à população, mas com apresentação de estudos de viabilidade municipal.
 - (D) lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação de Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
 - (E) lei complementar federal, dentro do período determinado por lei complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação de Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
15. A Constituição Federal consagrou o Município como entidade federativa, garantindo-lhe plena autonomia. A autonomia municipal configura-se pela capacidade de se auto-organizar por meio
- (A) de sua Lei Orgânica Municipal, votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.
 - (B) da Constituição Estadual, e, posteriormente, por meio da edição de leis estaduais complementares.
 - (C) da Constituição Federal, juntamente com o que dispõe a Constituição Municipal.
 - (D) da eleição direta de seu Prefeito e Vereadores.
 - (E) de sua Lei Orgânica Municipal, votada em três turnos, com interstício máximo de oito dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.

16. Sobre a intervenção nos Municípios, é correto afirmar que
- (A) o Estado não tem competência legal para intervir em seus Municípios, quando esse deixar de pagar a dívida fundada, por quatro anos consecutivos, e na forma da lei.
 - (B) a União não tem competência para intervir nos Municípios existentes nos territórios federais.
 - (C) a União poderá intervir em qualquer Município que deixar de prestar as devidas contas anuais.
 - (D) o Estado poderá intervir no Município após decreto interventivo da Assembleia Legislativa, mesmo que outro fato relevante já tenha sido causa de outra intervenção desse mesmo Município.
 - (E) o Estado poderá intervir no Município quando não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e no desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.
17. Em relação aos Direitos e Garantias Fundamentais previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.
- (A) É reconhecida a instituição do júri, assegurada a plena publicação das votações.
 - (B) É plena a liberdade de associação para fins lícitos e de caráter paramilitar.
 - (C) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
 - (D) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessária à proteção de interesse coletivo.
 - (E) É livre a manifestação do pensamento e facultado o anonimato.
18. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes
- (A) às medidas provisórias.
 - (B) às Emendas Constitucionais.
 - (C) aos Projetos de Lei.
 - (D) às Leis Complementares Federais.
 - (E) aos Decretos Legislativos.
19. O ajuizamento do mandado de segurança coletivo, por um dos legitimados constitucionalmente,
- (A) não impedirá a utilização do mandado de segurança individual, desde que presentes os requisitos constitucionais.
 - (B) impedirá a utilização do mandado de segurança individual, mesmo que presentes os requisitos constitucionais.
 - (C) terá sua decisão de mérito prevalecendo sobre a decisão do mandado de segurança individual sobre o mesmo fato.
 - (D) deverá conter, obrigatoriamente, na petição inicial, os nomes de todos os interessados ou associados.
 - (E) não exige a existência de um direito subjetivo comum aos integrantes da categoria.
20. Se lei ou ato normativo municipal, além de contrariar dispositivos da Constituição Federal, contrariar, da mesma forma, previsões expressas do texto da Constituição Estadual, mesmo que de repetição obrigatória e redação idêntica, a ação direta de inconstitucionalidade deverá ser processada e julgada perante
- (A) o Superior Tribunal de Justiça.
 - (B) o Supremo Tribunal Federal.
 - (C) o Tribunal de Justiça do respectivo Estado-membro.
 - (D) a Assembleia Legislativa do Estado-membro.
 - (E) a Câmara Municipal do respectivo Município, que apreciará a sua ilegalidade.
21. O artigo 183 da Constituição Federal trata de assunto relacionado à propriedade urbana, instituindo o usucapião pró-moradia, dentre outros, no seguinte termo:
- (A) o usucapião é forma derivada de aquisição de propriedade de imóvel.
 - (B) se efetiva sob qualquer forma de ocupação, com oposição do titular do domínio.
 - (C) que o possuidor seja legalmente casado.
 - (D) que o imóvel seja utilizado para a moradia do possuidor ou de sua família.
 - (E) que o mesmo possuidor possa usufruir do direito ao usucapião pró-moradia, por duas vezes.
22. Conforme prescreve a Lei nº 12.527/2011, ficam dispensados da divulgação obrigatória de sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet), os Municípios com
- (A) qualquer número de habitantes.
 - (B) cinquenta por cento de seus habitantes alistados eleitoralmente.
 - (C) população superior a 15.000 (quinze mil) habitantes.
 - (D) população de até 5.000 (cinco mil) habitantes.
 - (E) população de até 10.000 (dez mil) habitantes.

- 23.** No que concerne ao controle interno e externo da Administração Pública, assinale a alternativa correta.
- (A) O controle da Administração Pública não poderá ser exercitado de ofício pela própria Administração.
 - (B) O controle de mérito é aquele que se consuma pela verificação da conveniência e da oportunidade da conduta administrativa.
 - (C) A Administração Pública não poderá declarar a nulidade dos seus próprios atos.
 - (D) O controle externo das atividades da Administração Pública será exercido com exclusividade pelo Poder Judiciário.
 - (E) O controle exercido pelo Poder Judiciário analisará o mérito e a legalidade dos atos da Administração Pública.
- 24.** Considera-se crime de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:
- (A) impedir o funcionamento regular da Câmara.
 - (B) desatender, sem motivo justo, as convocações ou os pedidos de informações da Câmara, quando feitos a tempo e em forma regular.
 - (C) retardar a publicação ou deixar de publicar as leis e os atos sujeitos a essa formalidade.
 - (D) ordenar ou efetuar despesas não autorizadas por lei, ou realizá-las em desacordo com as normas financeiras pertinentes.
 - (E) deixar de apresentar à Câmara, no devido tempo, e em forma regular, a proposta orçamentária.
- 25.** É correto afirmar que a Constituição Federal, após a reforma administrativa do Estado (EC nº 19/1998), no que concerne às formas de prestação de serviços públicos,
- (A) previu a gestão associada a ser implementada por meio de convênios de cooperação e consórcios públicos celebrados entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e que deverá ser disciplinada por lei.
 - (B) estabeleceu a delegabilidade do serviço público de assistência social, por meio de convênios de cooperação e consórcios públicos com entidades do terceiro setor.
 - (C) previu a possibilidade de estabelecer, por meio de Decreto do Poder Executivo, convênios e consórcios, com vistas à transferência dos serviços públicos.
 - (D) estabeleceu os limites de cada um dos entes envolvidos, visando uma maior participação do Poder Público e a estatização dos serviços assistenciais.
 - (E) estabeleceu a indelegabilidade dos serviços de assistência social, que deverão ser promovidos, exclusivamente, pelos Estados e Municípios de forma centralizada.
- 26.** Na hipótese de um servidor público, da Secretaria de Assistência Social, que utiliza, em obra ou serviço particular, veículos e equipamentos de propriedade da Prefeitura Municipal de Arujá, considerando o previsto na Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992, afirma-se corretamente que sua conduta
- (A) constitui ato de improbidade, que causa prejuízo ao erário, sujeitando o responsável a ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer essa circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, entre outras sanções.
 - (B) não constitui ato de improbidade, mas mera infração disciplinar, sujeitando o responsável à sanção de advertência.
 - (C) constitui ato de improbidade, que importa enriquecimento ilícito, sujeitando o responsável à perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, entre outras sanções.
 - (D) não constitui ato de improbidade, porém, sujeitará o servidor ao ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer essa circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, entre outras sanções.
 - (E) constitui ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração, sujeitando o responsável exclusivamente à sanção de advertência.
- 27.** No que concerne à concessão, permissão e autorização de uso de bens públicos, é correto afirmar que:
- (A) Autorização de uso é o contrato administrativo pelo qual o Poder Público consente que determinado indivíduo utilize bem público de modo privativo, atendendo ao interesse público.
 - (B) Permissão de uso é o ato administrativo pelo qual o Poder Público consente que certa pessoa utilize privativamente bem público, atendendo exclusivamente a interesse do particular.
 - (C) Concessão de uso é o ato administrativo pelo qual o Poder Público confere a determinado indivíduo a utilização de bem público de modo privativo, atendendo primordialmente a seu próprio interesse.
 - (D) Permissão de uso é o contrato administrativo pelo qual o Poder Público consente que certa pessoa utilize privativamente bem público, atendendo ao mesmo tempo aos interesses público e privado.
 - (E) Autorização de uso é o ato administrativo pelo qual o Poder Público consente que determinado indivíduo utilize bem público de modo privativo, atendendo primordialmente ao interesse do próprio particular.

28. Nos termos da Lei nº 8.666/93, será inexigível a licitação
- (A) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
 - (B) nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas.
 - (C) quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional.
 - (D) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
 - (E) para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada.
29. Assinale a alternativa correta com relação à desapropriação por interesse social.
- (A) Para promoção da reforma agrária, é de competência privativa da União.
 - (B) É promovida pela União exclusivamente para a criação de estádios, aeródromos ou campos de pouso para aeronaves.
 - (C) Não poderá ser utilizada pelos Estados e Municípios.
 - (D) É promovida pelos Municípios apenas na hipótese de criação e melhoramento de centros de população, seu abastecimento regular de meios de subsistência.
 - (E) Somente poderá ser promovida pelos Municípios.
30. Um servidor público (motorista), da Secretaria de Assistência Social, ao dirigir um veículo oficial pertencente à Prefeitura Municipal de Arujá e passar por um cruzamento movimentado do município, ultrapassando um semáforo vermelho, atropela e mata uma senhora idosa que atravessa a via pública na faixa de pedestre. Diante desse fato, assinale a alternativa correta.
- (A) A Prefeitura Municipal de Arujá poderá ser responsabilizada civilmente, independentemente de comprovação de culpa do motorista, em razão da Teoria do Risco Integral.
 - (B) A apuração da responsabilidade civil do motorista deverá ser suspensa até o trânsito em julgado da decisão judicial que analisará o crime de trânsito.
 - (C) A Prefeitura Municipal de Arujá poderá ser responsabilizada civilmente, independentemente de comprovação de culpa do motorista, em razão da Teoria do Risco Administrativo.
 - (D) O motorista poderá ser responsabilizado civilmente, independentemente de comprovação de sua culpa, em razão da Teoria do Risco Integral.
 - (E) O motorista e a Prefeitura Municipal de Arujá poderão ser responsabilizados civilmente, independentemente de comprovação de culpa de qualquer um deles, em razão da Teoria da Responsabilidade Subjetiva do Estado.
31. A Prefeitura Municipal de Arujá ao constatar num contrato administrativo vícios inerentes aos requisitos de validade dos atos administrativos em geral (Ex.: a competência, a forma ou o motivo) ou mesmo, ao verificar a ausência de licitação prévia nos casos não abrangidos pelas hipóteses legais de dispensa ou inexigibilidade de licitação, deverá
- (A) revogar o contrato, com efeitos *ex tunc*, não se exonerando do dever de indenizar o contratado, pelo que este houver executado até a data em que for declarada a nulidade.
 - (B) anular o contrato, com efeitos *ex tunc*, não se exonerando do dever de indenizar o contratado, pelo que este houver executado até a data em que for declarada a nulidade.
 - (C) ajuizar ação judicial, visando a declaração de invalidação do pactuado pelo Poder Judiciário, com efeitos *ex tunc*.
 - (D) anular o contrato, com efeitos *ex nunc*, exonerando-se do dever de indenizar o contratado em razão da supremacia do interesse público.
 - (E) revogar o contrato, com efeitos *ex tunc*, em razão de oportunidade de conveniência, não se exonerando do dever de indenizar o contratado.
32. No que concerne ao Processo Administrativo Disciplinar, é correto afirmar que
- (A) a Constituição Federal exige a instauração de sindicância preliminar, visando alicerçar eventual acusação.
 - (B) na sua instrução, em razão de sua natureza sancionatória, a Administração Pública não poderá se socorrer de prova emprestada.
 - (C) a Constituição Federal exige a instauração de inquérito administrativo preliminar, visando a apuração da responsabilidade administrativa, civil e criminal.
 - (D) deve ser regulado obrigatoriamente por legislação federal.
 - (E) a falta de defesa técnica por advogado não ofende a Constituição Federal.

33. Assinale a alternativa que apresenta corretamente os conceitos de ato jurídico perfeito, direito adquirido e coisa julgada, nesta ordem.

- (A) O ato já consumado segundo a lei vigente ao tempo que se efetuou; os direitos que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo pré-fixo, ou condição pré-estabelecida inalterável, a arbítrio de outrem; a decisão judicial de que já não caiba recurso.
- (B) O ato jurídico que foi celebrado por agente capaz, objeto lícito e possível, e forma prescrita ou não defesa em lei; o direito adquirido segundo a lei vigente ao tempo que se efetuou; a decisão judicial transitada em julgado.
- (C) O ato que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo pré-fixo, ou condição pré-estabelecida inalterável, a arbítrio de outrem; o ato já consumado segundo a lei vigente ao tempo que se efetuou; a decisão judicial de que já não caiba recurso.
- (D) O ato já consumado segundo a lei vigente ao tempo que se efetuou; a decisão judicial de qual já não caiba recurso; a decisão proferida em primeiro grau de jurisdição, contra a qual foi interposto recurso não dotado de efeito suspensivo.
- (E) A decisão judicial transitada em julgado e não mais sujeita à ação rescisória; os direitos adquiridos por meio de decisão judicial definitiva, de natureza constitutiva; a decisão proferida em segundo grau de jurisdição, contra a qual foi interposto recurso de competência dos Tribunais Superiores.

34. São causas de cessação da incapacidade civil:

- (A) o casamento; a colação de grau em curso de ensino superior; e a comprovada autonomia financeira, desde que maior de 14 (quatorze) anos.
- (B) a morte de ambos os pais, desde que maior de 14 (quatorze) anos; a emancipação; e o exercício de emprego público efetivo.
- (C) a emancipação; o casamento; e o exercício de emprego público efetivo.
- (D) o exercício de emprego público efetivo; a colação de grau em ensino superior; e a existência de relação de emprego, desde que, em função dele, o menor tenha economia própria, independentemente de sua idade.
- (E) a emancipação; a morte de ambos os pais, para os relativamente capazes; e a comprovada autonomia financeira.

35. Em relação ao instituto da prescrição, é correto afirmar que

- (A) não correm prazos prescricionais contra os relativamente incapazes.
- (B) a apuração dos fatos perante o juízo criminal não impede, em regra, o curso da prescrição no âmbito civil.
- (C) ocorrendo uma causa interruptiva da prescrição, computa-se o prazo transcorrido antes da causa interruptiva, para fins de apuração do prazo prescricional.
- (D) quando a lei não houver fixado prazo menor, a prescrição ocorre em 20 (vinte) anos.
- (E) os prazos prescricionais não podem ser alterados por convenção entre as partes.

36. Assinale a alternativa correta sobre a propriedade privada e sua utilização, de acordo com as disposições do Código Civil de 2002.

- (A) A propriedade privada é princípio da ordem econômica, razão pela qual o proprietário tem a prerrogativa de livremente utilizá-la, independentemente de suas finalidades econômicas e sociais.
- (B) O proprietário de imóvel que der causa a atos que prejudiquem o sossego dos vizinhos, com respaldo no interesse público, deverá pagar indenização aos prejudicados.
- (C) Em regra, para fins de cômputo do prazo para aquisição por usucapião, é vedado acrescentar à posse do atual possuidor a posse exercida pelos seus antecessores.
- (D) A confecção da escritura pública de compra e venda é suficiente para que o alienatário seja reconhecido, perante terceiros, como proprietário do imóvel.
- (E) A renúncia ao direito de propriedade depende de anuência da municipalidade e, se o proprietário for menor, depende ainda de autorização do Ministério Público.

37. Entende-se por prenotação, no contexto do direito registral,

- (A) a imediata anotação realizada pelo Oficial, referente ao documento que lhe foi apresentado para registro ou averbação.
- (B) o procedimento de suscitação de dúvida requerido pelo apresentante de um título levado a registro ou averbação.
- (C) a satisfação, pelo apresentante de um título, da exigência prévia formulada pelo Oficial.
- (D) a formulação de exigência prévia pelo Oficial, para registro ou averbação de um título ou documento.
- (E) a recusa de averbação ou registro de um título ou documento pelo Oficial competente.

38. Assinale a alternativa correta sobre as obrigações solidárias.
- (A) Na solidariedade ativa, convertendo-se a obrigação em perdas e danos, não subsiste a solidariedade.
 - (B) Nos negócios jurídicos celebrados com relativamente incapaz, seu assistente é solidariamente responsável pelo cumprimento da obrigação.
 - (C) O ajuizamento de ação, pelo credor, contra um dos devedores solidários, implica na renúncia tácita da solidariedade passiva.
 - (D) Impossibilitando-se a prestação por culpa de um dos devedores solidários, os demais devedores ficam exonerados de pagar o equivalente.
 - (E) O estabelecimento da solidariedade pode depender da ocorrência de uma condição, de acordo com a convenção entre as partes.
39. Assinale a alternativa correta sobre o direito contratual, de acordo com as disposições do Código Civil de 2002.
- (A) Nos casos dos contratos paritários atípicos, não há o dever das partes de respeitarem os princípios da probidade e boa-fé.
 - (B) Na formação dos contratos, a aceitação fora do prazo não é considerada nova proposta.
 - (C) Nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas ambíguas, contraditórias e as que estipulem renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
 - (D) Aquele que estipula em favor de terceiro pode reservar-se no direito de substituir o terceiro designado, independentemente da anuência do outro contratante.
 - (E) Em caso de vício redibitório, pode o alienante optar entre receber de volta a coisa ou abater proporcionalmente o preço, se possível.
40. É correto afirmar que o incapaz, por menoridade,
- (A) responde pelos prejuízos que causar em solidariedade com seus responsáveis legais, se agiu com inequívoca intenção de causar o dano.
 - (B) responde pelos prejuízos que causar, equitativamente, quando seus responsáveis não dispuserem de meios suficientes para indenizar.
 - (C) não responde pelos prejuízos que causar se restar comprovado que o ato decorreu de *culpa in vigilando* por parte de seus responsáveis.
 - (D) não responde pelos prejuízos que causar, independentemente de suas condições financeiras e de seus responsáveis.
 - (E) responde pelos prejuízos que causar, se for maior de 16 (dezesesseis) anos, exonerando-se seus responsáveis.
41. Assinale a alternativa correta, de acordo com a legislação que resguarda os direitos das pessoas com deficiência.
- (A) Os deficientes visuais usuários de cão-guia têm o direito de ingressar e permanecer com o animal nos transportes públicos e privados de uso coletivo, inclusive em viagens interestaduais e internacionais com origem no território brasileiro.
 - (B) Para efeitos legais, a pessoa com transtorno de espectro autista não é considerada pessoa com deficiência.
 - (C) O Poder Público e seus órgãos devem garantir aos deficientes graves o acesso aos estabelecimentos de saúde público e privados, que não se estenderá ao atendimento domiciliar.
 - (D) É vedada a reserva de mercado de trabalho para pessoas portadoras de deficiência, seja nos órgãos da Administração Pública ou do setor privado.
 - (E) Os parques de diversão, em razão da natureza de suas atrações, não têm o dever de adaptar parte de seus brinquedos para atenderem pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
42. Constitui direito real:
- (A) a herança.
 - (B) a usucapião.
 - (C) o direito do promitente comprador de imóvel.
 - (D) a detenção.
 - (E) a posse.
43. Assinale a alternativa correta com relação à proteção dos direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais.
- (A) A internação é medida prioritária para o tratamento do paciente, ainda que haja recursos extra-hospitais possíveis de serem adotados.
 - (B) Os pacientes portadores de transtornos mentais não terão, em regra, acesso aos meios de comunicação, ressalvada a possibilidade de visita dos familiares, nos dias e horários definidos pela instituição.
 - (C) É vedada a internação compulsória de pessoas viciadas em substâncias tóxicas, ressalvada a possibilidade de internação voluntária.
 - (D) A internação voluntária, involuntária ou compulsória deverá ser comunicada ao Ministério Público Estadual, pelo técnico do estabelecimento de internação.
 - (E) A internação voluntária depende de laudo médico circunstanciado, lavrado por médico registrado no Conselho Regional de Medicina, que caracterize os motivos da internação.

44. Assinale a alternativa correta, de acordo com as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90).

- (A) A assistência psicológica à gestante não inclui o período pós-natal, salvo quando houver expressa requisição médica ou a mãe manifeste interesse em entregar seu filho para adoção.
- (B) O pai ou a mãe privado da liberdade perde o direito de convivência com a criança ou adolescente.
- (C) Os menores de 12 (doze) anos não serão ouvidos sobre sua colocação em família substituta, confiando-se a análise à equipe interprofissional que atuar no caso.
- (D) A carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou suspensão do poder familiar.
- (E) Em regra, o deferimento de guarda de criança ou adolescente a terceiros impede o exercício do direito de visitas pelos pais, não os exonerando, no entanto, do dever de prestar alimentos.

45. Em matéria de adoção, é correto afirmar que

- (A) é juridicamente irrelevante a diferença de idade entre o adotando e o adotante, desde que este seja mais velho que aquele.
- (B) quando o adotando for portador de deficiência ou doença crônica, o processo de adoção terá prioridade de tramitação.
- (C) o divórcio dos cônjuges impede a adoção conjunta, ainda que o estágio de convivência tenha se iniciado antes do divórcio.
- (D) a morte dos adotantes restabelece o poder familiar de seus pais naturais, salvo se houverem perdido o poder familiar em razão de maus-tratos.
- (E) o laudo de habilitação à adoção internacional terá validade indeterminada.

46. No mandado de segurança coletivo, a sentença fará coisa julgada:

- (A) ilimitadamente, com eficácia *erga omnes* em todo território nacional.
- (B) limitadamente aos membros que atuam no mesmo seguimento em todo território nacional.
- (C) ilimitadamente, com eficácia *erga omnes* aos membros da mesma categoria profissional ou de interesse comum jurídico.
- (D) limitadamente aos membros do grupo ou categoria substituídos pelo impetrante.
- (E) limitadamente aos membros do polo ativo da demanda coletiva.

47. A responsabilidade patrimonial e moral por danos causados à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos podem ser defendidos por meio de

- (A) ação popular.
- (B) ação civil pública.
- (C) mandado de segurança coletivo.
- (D) mandado de injunção.
- (E) *habeas corpus*.

48. Se por engano for proposta ação de manutenção de posse, quando o correto seria uma ação de reintegração de posse, o juiz

- (A) deverá julgar extinta a ação por falta de interesse processual.
- (B) julgará extinta a ação por falta de possibilidade jurídica.
- (C) decidirá pela petição inicial.
- (D) conhecerá do pedido para julgá-lo improcedente.
- (E) poderá conhecer do pedido e outorgar a proteção legal correspondente.

49. Na ação de desapropriação, a contestação poderá alegar

- (A) toda matéria de direito disponíveis.
- (B) toda matéria preliminar e de mérito pertinentes a evitar a desapropriação.
- (C) somente questão processual, como a competência do Juízo ou legitimidade.
- (D) questão sobre vício do processo judicial ou impugnação do preço.
- (E) somente questões relativas ao preço e seu levantamento.

- 50.** Sobre a ação declaratória incidental, assinale a alternativa correta.
- (A) Somente se admite em virtude de fato que se tornou litigioso após a resposta do réu.
 - (B) É cabível nos procedimentos sumário e ordinário, mas não em cautelar ou execução.
 - (C) Não há necessidade de identidade de partes com a ação principal, desde que mantido os limites do objeto da ação.
 - (D) Surgindo a questão prejudicial, a ação incidental deve ser apresentada até a prolação da sentença.
 - (E) Poderá ter como objeto as matérias relacionadas com as preliminares de natureza processual.
- 51.** A sentença na ação de usucapião tem natureza
- (A) apenas condenatória, com efeito *ex nunc*.
 - (B) apenas condenatória, com efeito *ex tunc*.
 - (C) apenas declaratória, com efeito *ex tunc*.
 - (D) apenas declaratória, com efeito *ex nunc*.
 - (E) condenatória e declaratória, com efeito *ex tunc*.
- 52.** A apelação de sentença que decida processo cautelar; outra que confirmar a antecipação dos efeitos da tutela; e outra que julgar improcedente embargos à execução terão efeitos, respectivamente:
- (A) apenas devolutivo; suspensivo e devolutivo; suspensivo devolutivo.
 - (B) suspensivo e devolutivo; suspensivo e devolutivo; suspensivo e devolutivo.
 - (C) suspensivo e devolutivo; apenas devolutivo; apenas devolutivo.
 - (D) apenas devolutivo; apenas devolutivo; suspensivo e devolutivo.
 - (E) apenas devolutivo; apenas devolutivo; apenas devolutivo.
- 53.** Concedida medida cautelar, se houver suspensão da ação principal, esta
- (A) perderá eficácia.
 - (B) terá sua execução suspensa.
 - (C) terá sua eficácia conservada, salvo decisão judicial em contrário.
 - (D) ficará suspensa em igual prazo.
 - (E) terá cessada sua eficácia, devendo ser renovada se a principal retornar andamento.
- 54.** Sobre a suspensão do processo, assinale a alternativa correta.
- (A) Inibe o andamento do feito, mas não elimina o vínculo jurídico emanado da relação processual, que mesmo inerte continua a subsistir com toda sua eficácia.
 - (B) Os atos processuais anteriormente praticados devem ser refeitos, quando a suspensão for relativa a ação considerada intransmissível por disposição legal.
 - (C) Os prazos iniciados antes da suspensão ficam prejudicados na parte já transcorrida.
 - (D) A morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes não é causa de suspensão, mas de extinção do processo.
 - (E) Durante a suspensão não é possível a prática de nenhuma espécie de ato processual, por ser considerado causa de litigância de má-fé.
- 55.** Vencido o prazo, sem que a parte tenha cumprido o ato processual que deveria realizar,
- (A) poderá ser prorrogado a pedido, se tratar de prazo peremptório.
 - (B) fica a salvo de extinção, se a parte provar que o não realizou por justa causa.
 - (C) extingue-se por meio de declaração judicial, o direito de praticar o ato.
 - (D) poderá ser praticado caso se trate de medida de urgência.
 - (E) as custas ficarão a cargo da parte que deu causa à preclusão.
- 56.** Observar-se-á o procedimento sumário
- (A) nas causas cujo valor não excedam a vinte vezes o valor do salário-mínimo.
 - (B) na ação de pedido declaratório.
 - (C) na ação em que o proprietário busca o direito de reaver seus bens de quem os possuía injustamente.
 - (D) nas causas de qualquer valor de ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre.
 - (E) na petição de herança.

57. Pedro Bernardino, dono de produtora de vídeos, dirigiu um filme que simulava cenas de sexo explícito onde atuou A.C.B, de 17 anos, devidamente autorizada pela mãe, Margarida dos Anjos. Antes mesmo da divulgação das imagens, ambos foram denunciados e processados pelo registro das imagens da adolescente.

Considerando a situação exposta, e com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que

- (A) o registro das imagens simuladas de sexo explícito, sem divulgação, não é crime, entretanto, a mãe deixou de zelar pela filha e, por isso, incorrerá em pena de multa.
- (B) Pedro Bernardino incorrerá nas penas de reclusão de 4 a 8 anos e multa, enquanto Margarida dos Anjos terá a pena aumentada em 1/3, em razão do parentesco.
- (C) incorrerão nas mesmas penas, de detenção de 6 meses a 2 anos e multa, o produtor das imagens simuladas e a mãe que ofereceu o consentimento.
- (D) Pedro Bernardino e Margarida dos Anjos não cometeram qualquer crime, uma vez que o filme não retratava cenas de sexo explícito, apenas uma simulação.
- (E) a falta de divulgação das imagens simuladas de sexo explícito com a adolescente não isenta o produtor da prática criminosa, e das penas de detenção de 6 meses a 2 anos e multa; já o consentimento da mãe não é punível.

58. M.D.V., de 15 anos, foi conduzido à Delegacia de Polícia do município de Arujá por policiais militares que o encontraram após relato e descrição feitos pela vítima de um roubo, que acabara de ocorrer, e pela testemunha que a acompanhava. Reconhecido o adolescente como autor do ato infracional e encontrados com ele o dinheiro subtraído e a arma utilizada na ação, foram todos apresentados à autoridade policial, que deverá

- (A) elaborar boletim de ocorrência circunstanciado a respeito dos fatos.
- (B) encaminhar o adolescente ao representante do Ministério Público, no prazo máximo de 5 dias.
- (C) liberar prontamente o adolescente, comparecendo qualquer dos pais ou responsável.
- (D) determinar o comparecimento do adolescente, em 3 dias, na entidade de atendimento municipal.
- (E) lavrar o auto de apreensão, ouvidos as testemunhas e o adolescente.

59. Renato Reis, brasileiro a serviço do Consulado-Geral do Brasil em Toronto, no Canadá, foi surpreendido desviando verbas do órgão para sua conta corrente, naquele país. Levando em conta o princípio da extraterritorialidade, previsto na parte geral do Código Penal, é correto afirmar que

- (A) a lei canadense será aplicada se o autor do crime for absolvido pela justiça do Brasil.
- (B) a lei brasileira será aplicada se não foi pedida ou foi negada a extradição do autor do crime.
- (C) o crime sujeita-se à lei brasileira por ter sido praticado contra a Administração Pública.
- (D) o agente será punido pela lei brasileira se houver requisição do Ministro da Justiça.
- (E) o crime sujeita-se à lei canadense por ter sido praticado naquele território, excluindo-se a lei brasileira.

60. Incorre nas penas do crime de falsificação de documento público, tipificado no artigo 297 e parágrafos, do Código Penal, o funcionário público que insere,

- (A) ou faz inserir, na folha de pagamento ou em documento de informações que seja destinado a fazer prova perante a previdência social, pessoa que não possua a qualidade de segurado obrigatório.
- (B) declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, ou omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar.
- (C) ou falsifica talão, recibo, guia, alvará ou qualquer outro documento relativo a arrecadação de rendas públicas ou a depósito ou caução por que o poder público seja responsável.
- (D) ou altera selo, ou peça filatélica, que tenha valor para coleção, salvo quando a reprodução ou a alteração está visivelmente anotada na face ou no verso do selo ou peça.
- (E) ou importa, exporta, adquire, vende, troca, cede, empresta, guarda, fornece ou restitui à circulação selo falsificado destinado a controle tributário.

61. Deixar de lançar mensalmente nos títulos próprios da contabilidade da empresa as quantias descontadas dos segurados ou as devidas pelo empregador ou pelo tomador de serviços são condutas que caracterizam o crime de (art. 337-A)

- (A) falso reconhecimento de firma ou letra.
- (B) subtração ou inutilização de livro ou documento.
- (C) emissão de título ao portador sem permissão legal.
- (D) sonegação de contribuição previdenciária.
- (E) falsidade material de atestado ou certidão.

**TUTELA DE INTERESSES DIFUSOS, COLETIVOS
E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS**

62. Pode adotar:

- (A) o maior de 16 anos, desde que emancipado ou que apresentar estado civil de casado.
- (B) aquele que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso do procedimento, antes de prolatada a sentença.
- (C) conjuntamente os divorciados, desde que fixada a guarda compartilhada e o divórcio tenha se dado de forma consensual.
- (D) o ascendente e o irmão do adotando, desde que comprovada a necessidade da estabilidade da família.
- (E) pessoa solteira, prestes a contrair casamento, uma vez seja comprovada a existência de vínculos de afinidade e afetividade com o futuro cônjuge.

63. A situação de compradores de carros de um lote que apresenta o mesmo defeito de fabricação, e que devem ser reparados, é exemplo de

- (A) direitos individuais homogêneos.
- (B) direitos individuais heterogêneos.
- (C) direito coletivo em sentido estrito.
- (D) direito coletivo e difuso em sentido estrito.
- (E) direito difuso.

64. É dever do Estado, garantido pela Lei nº 8.090/90 – ECA, assegurar à criança e ao adolescente:

- (A) atendimento em creche e pré-escola às crianças de dois a sete anos de idade.
- (B) acesso à escola pública e gratuita do fundamental ao ensino universitário.
- (C) progressão escolar até a conclusão do ensino médio.
- (D) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
- (E) oferecimento no ensino fundamental de matérias relacionadas com filosofia, sociologia e produção artística.

65. A água é um bem de domínio

- (A) público e particular, ilimitado e dotado de valor econômico.
- (B) privado, ilimitado e sem valor econômico.
- (C) privado, limitado e dotado de valor econômico.
- (D) público, ilimitado e sem valor econômico.
- (E) público, limitado e dotado de valor econômico.

66. Quanto às diretrizes aplicáveis aos resíduos sólidos, assinale a alternativa correta.

- (A) Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos não há ordem de prioridade desde que se busque sua não geração.
- (B) Incumbe aos Municípios e ao Distrito Federal a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados nos respectivos territórios.
- (C) Compete à União promover as metas para o aproveitamento de resíduos obtidos por meio de coleta seletiva.
- (D) Os Estados deverão apresentar programas para aproveitamento de resíduos perigosos gerados pela construção civil.
- (E) A contratação de serviços de coleta de resíduos sólidos isenta os que atuam na construção civil, da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelos respectivos resíduos.

67. No que diz respeito às diretrizes e bases da educação nacional, compete aos Municípios:

- (A) assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual com necessidades especiais.
- (B) credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior estabelecidos em seu território.
- (C) optar por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.
- (D) assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem.
- (E) coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação, autorizando, credenciando e avaliando as escolas particulares.

68. O Município poderá propor ações civis públicas destinadas à proteção de interesses coletivos ou difusos das pessoas portadoras de deficiência. Nesse caso, assinale a alternativa correta.

- (A) Não poderá haver desistência ou abandono da ação.
- (B) A sentença de procedência terá eficácia de coisa julgada oponível apenas para as partes interessadas.
- (C) A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal.
- (D) O Ministério Público será obrigatoriamente litisconsorte ativo, nas ações coletivas ou individuais, desde que proposta a ação pela municipalidade.
- (E) A ação somente poderá ser proposta pela municipalidade no caso de ofensa à garantia de atendimento domiciliar de saúde ao deficiente grave não internado.

69. Fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares e sem considerar critério diverso de legislação local, aos idosos
- (A) maiores de 55 anos.
 - (B) com idade igual ou superior a 60 anos para mulheres e igual ou superior a 65 anos para homens.
 - (C) maiores de 65 anos.
 - (D) com idade igual ou superior a 60 anos.
 - (E) compatível com o envelhecimento médio da população, variável por períodos.
70. No âmbito das ações de assistência social, compete aos municípios
- (A) efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral.
 - (B) conceder benefícios de prestação continuada a pessoa com deficiência.
 - (C) a promoção da integração ao mercado de trabalho.
 - (D) a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência.
 - (E) apoiar financeiramente os serviços para o fim da pobreza em âmbito nacional.
71. A pessoa portadora de transtorno mental somente poderá ser internada na seguinte situação:
- (A) voluntariamente, determinada por médico com especialidade psiquiátrica, e autorização judicial.
 - (B) com a indicação de médico de qualquer especialidade, desde que ponha em risco a segurança pública, e autorização judicial.
 - (C) voluntariamente, independentemente de indicação médica, desde que em estabelecimento asilar.
 - (D) compulsoriamente, por indicação de dois médicos com especialidade psiquiátrica.
 - (E) involuntária ou voluntariamente, mediante laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos.
72. Nos termos da Constituição Federal, são considerados serviços de relevância pública:
- (A) as ações sociais.
 - (B) as políticas públicas voltadas para a garantia da igualdade racial.
 - (C) a garantia de acessibilidade.
 - (D) a educação.
 - (E) as ações e serviços de saúde.
73. É a atividade da Administração Pública que limita ou disciplina direito, interesse, ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato em razão de interesse público concernente à saúde da população, à conservação dos ecossistemas, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas ou de outras atividades dependentes de concessão, autorização/permissão ou licença do Poder Público, de cujas atividades possam decorrer poluição ou agressão à natureza. Este é o conceito de
- (A) licença ambiental.
 - (B) competência para exercer a política ambiental.
 - (C) tutela difusa do meio ambiente.
 - (D) poder de polícia ambiental.
 - (E) preservação ambiental.
74. Em todas as áreas de estacionamento de veículos, localizadas em vias ou em espaços públicos, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção, em número equivalente, no mínimo, a
- (A) 50% do total, garantidas, no mínimo, 10 vagas.
 - (B) 25% do total, garantida, no mínimo, uma vaga.
 - (C) 10% do total, garantidas, no mínimo, 20 vagas.
 - (D) 5% do total, garantidas, no mínimo, 20 vagas.
 - (E) 2% do total, garantida, no mínimo, uma vaga.
75. É reconhecida no Brasil como meio legal de comunicação e expressão para pessoas surdas ou com problemas auditivos:
- (A) Língua Gestual Portuguesa.
 - (B) Língua Brasileira de Sinais.
 - (C) Língua Americana de Sinais.
 - (D) Língua Mundial para Surdos.
 - (E) Linguagem Gestual de Sinais.

76. Trata-se de política pública para inclusão social:

- (A) o acréscimo de 10% na nota em vestibular, para alunos provenientes de escola pública.
- (B) a acessibilidade a prédio residencial com rampa arquitetônica ou elevador.
- (C) a distribuição gratuita de medicamentos de alto custo a pessoas carentes de recursos.
- (D) a corresponsabilidade e retroalimentação nos moldes de parceria intersetorial entre a Saúde e a Educação.
- (E) a avaliação e recondução contínua do processo ensino-aprendizagem, com a aprovação automática no ensino fundamental.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

77. Conforme a Lei Orgânica do Município de Arujá, compete ao Município, concorrentemente com a União e com o Estado:

- (A) instituir Conselhos Municipais com a participação dos segmentos da comunidade e autorização da União.
- (B) zelar pela saúde, higiene, segurança pública e proteção das pessoas portadoras de deficiências.
- (C) sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar a sua utilização de acordo com regulamentação em lei estadual.
- (D) autorizar isenções e anistias fiscais e a remissão de dívidas.
- (E) estabelecer as servidões administrativas necessárias aos seus serviços.

78. A saúde é direito de todos os munícipes e dever do Poder Público. Para garantia desse direito, o Município de Arujá deverá

- (A) propor ações e serviços de prevenção da saúde que abranjam exclusivamente os locais públicos.
- (B) prestar seus serviços, obrigatoriamente, de forma direta.
- (C) oferecer acesso individualizado e diferenciado às ações e ao serviço de saúde.
- (D) propor ao Estado que disponha sobre regulamentação dos serviços de saúde.
- (E) atender integralmente o indivíduo, abrangendo a preservação e recuperação de sua saúde.

79. Conforme previsto na Lei Orgânica do Município de Arujá, no que diz respeito à Assistência Social, assinale a alternativa correta.

- (A) Para atender a infância do Município, o Poder Público estabelecerá convênios com creches existentes ou as que forem criadas, quer públicas ou privadas.
- (B) A distribuição de recursos públicos, na área de assistência social poderá ser feita por indicação de ocupantes de cargos efetivos.
- (C) Para efeitos de subvenção municipal as entidades de assistência social ficam dispensadas de integrar seus serviços à política do Município.
- (D) As ações do Município, por meio de programas e projetos na área da promoção social, serão centralizadas administrativamente.
- (E) Na área de Assistência Social, compete ao Município autorizar o funcionamento de entidade assistencial não governamental, que deverá ser registrada e instalada pela União.

80. Para vigiar e proteger as áreas de proteção ambiental, o Município de Arujá dispõe dos serviços

- (A) de uma Comissão Permanente da Câmara Municipal.
- (B) da União, em convênio celebrado com o Estado.
- (C) da Guarda Municipal, podendo celebrar convênios com a Polícia Militar do Estado.
- (D) do IBAMA em convênio celebrado com a Câmara Municipal.
- (E) de Comissão Especial formada pela Assembleia Legislativa do Estado.

